



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

(Do Sr. FELIPE BECARI)

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para dispor sobre o bem-estar e a proteção animal no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 .....

§ 4º Será assegurada a inserção de temas relacionados às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade, aos riscos e emergências socioambientais, ao bem-estar e proteção animal e a outros aspectos referentes à questão ambiental nos projetos institucionais e pedagógicos da educação básica e da educação superior, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 225, § 1º, inciso VII, impõe ao poder público, no âmbito da efetivação do direito ao meio ambiente

Câmara dos Deputados - Anexo III – 1º andar – Gabinete 476J Brasília/DF - CEP 70160-900  
Tel: (61) 3215-1476 – dep.felipebecari@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264599943900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Becari





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

ecologicamente equilibrado, o dever de proteger a fauna e a flora, vedadas as práticas que submetam os animais a crueldades.

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), por sua vez, estabelece que maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados é crime.

Mas, apesar dessas disposições constitucionais e legais, são comuns os casos de maus-tratos e abandono de animais no Brasil. Em 2023, por exemplo, quase 185 mil animais estavam em situação de vulnerabilidade, sob os cuidados de ONGs e grupos de proteção, de acordo com dados do Instituto Pet Brasil.

O número real, contudo, é certamente superior, uma vez que inúmeros casos não chegam ao conhecimento das autoridades ou das organizações da sociedade civil. Esse quadro demonstra que a legislação protetiva, embora bem intencionada, não tem sido suficiente para coibir práticas de maus-tratos de forma ampla e definitiva. A prevenção, portanto, precisa ser fortalecida por meio de ações educativas sistemáticas e permanentes.

Diante desse cenário, e à luz do quadro jurídico vigente, entendemos que é fundamental incorporar o cuidado e a proteção aos animais no currículo de todos os níveis de ensino. Um modo eficiente para fazê-lo, sem invadir competência do Conselho Nacional de Educação, é inserindo essa temática de modo explícito no rol dos conteúdos que devem ser abordadas pelo componente curricular educação ambiental. É o que pretendemos com esta proposição.

Câmara dos Deputados - Anexo III – 1º andar – Gabinete 476J Brasília/DF - CEP 70160-900  
Tel: (61) 3215-1476 – dep.felipebecari@camara.leg.br





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ampliar o escopo da Lei nº 9.795/1999, para incluir expressamente o **bem-estar e a proteção animal**, reafirma o compromisso do Estado brasileiro com uma formação cidadã baseada na empatia, na responsabilidade e na compreensão da interdependência entre seres humanos, animais e meio ambiente. É na escola, espaço primordial de formação ética e social, que se constroem valores capazes de se refletir, a médio e longo prazo, em políticas públicas mais consistentes, em comunidades mais solidárias e em relações mais equilibradas com todas as formas de vida.

Importante destacar, por fim, que o cuidado e a proteção aos animais já foram incorporados no currículo escolar de muitos países, a exemplo da Colômbia, que aprovou recentemente a “**Lei da Empatia**”, que torna obrigatório o ensino sobre proteção animal em todas as escolas do país.

Diante do recente e amplamente noticiado caso do cão comunitário conhecido como “Orelha”, que comoveu a sociedade brasileira diante da brutalidade dos maus-tratos praticados, evidencia de forma inequívoca a necessidade de ações estruturantes e preventivas por parte do Estado. Episódios dessa natureza não surgem de forma isolada, mas refletem a ausência de formação ética, empática e cidadã desde a infância.

A inserção de conteúdos voltados ao bem-estar e à proteção animal na grade curricular das escolas representa medida educativa essencial para a construção de uma cultura de respeito à vida, à dignidade dos animais e à convivência social responsável, contribuindo para a prevenção da violência, inclusive contra seres humanos, e para o fortalecimento dos valores que





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

sustentam uma sociedade mais justa, solidária e consciente de seus deveres legais e morais.

Ante o exposto, resta evidente que a inserção expressa do bem-estar e a proteção animal na Política Nacional de Educação Ambiental é medida necessária e plenamente alinhada aos princípios constitucionais, aos anseios da sociedade e às melhores práticas internacionais, razão pela qual, peço o apoio dos nobres Pares na aprovação desta importante matéria.

Sala das Sessões, em        de        de 2026.

**Felipe Becari**  
Deputado Federal (UNIÃO/SP)



Câmara dos Deputados - Anexo III – 1º andar – Gabinete 476J Brasília/DF - CEP 70160-900  
Tel: (61) 3215-1476 – [dep.felipebecari@camara.leg.br](mailto:dep.felipebecari@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD264599943900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Felipe Becari

